

Cenários Prospectivos em Segurança Pública

Helder Ferreira e Elaine Marcial

1º de setembro de 2015

Roteiro

Introdução

Objetivo e justificativa do projeto

Questão principal e sistema de cenarização

Resultados

Tendências e incertezas

Atores

Filosofia dos cenários

Definição da estratégia

Considerações finais

Introdução

Objetivo

Apresentar resultados do exercício de planejamento prospectivo realizado no projeto “A segurança pública em 2023: uma visão prospectiva”.

Resultados do projeto são fruto do trabalho

- ✓ Equipes do Ipea e da SAE/PR
- ✓ Colaboradores do Ipea
- ✓ Colaboradores do Ministério da Justiça
- ✓ Colaboradores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- ✓ Pesquisadores e especialistas nas áreas de segurança pública que participaram de oficinas do projeto

Objetivo do Projeto

Contribuir para o aperfeiçoamento do planejamento realizado pelo governo federal na área de segurança pública por meio da elaboração de cenários.

Justificativa do Projeto

Realizar esse trabalho para o planejamento da área de segurança pública é fundamental, porque há grandes incertezas quanto ao que pode ocorrer nos próximos anos.

É importante ressaltar que os cenários não são um fim em si mesmo.

- Eles são um instrumento de gestão, que apoiam tanto o processo decisório quanto o planejamento, e,
- por meio do monitoramento de suas variáveis e atores, sinalizam com antecedência a necessidade de se fazerem ajustes ou mesmo rever as estratégias pretendida e deliberada.

Método

O método utilizado para a realização do projeto foi :

Modelo Síntese dos Métodos de Construção de Cenários

Esse modelo foi construído por Marcial (2011), a partir dos métodos de construção de Cenários de

Godet (1993)

Porter (1992)

Schwartz (1996)

Grumbach (MARCIAL; GRUMBACH, 2008)

Metodologia



Questão principal

Em 2023, o Brasil terá conseguido reduzir a criminalidade violenta e aumentar a sensação de segurança da população em relação aos níveis de 2013?

Sistema de cenarização

Objeto: *Segurança Pública*

Horizonte Temporal: *2014-2023*

Objetivo: *Subsidiar a elaboração de programas do Plano Plurianual 2016-2019 na área de segurança pública*

Aspectos fundamentais do assunto: *Sistema de Justiça Criminal, Políticas de Segurança Pública, Macro e Microdeterminantes da Violência, Sensação de Segurança, Política de Drogas, Crime Organizado e Mercado e Segurança Pública.*

Lugar: *Brasil*

Finalidade: *Redução da violência*

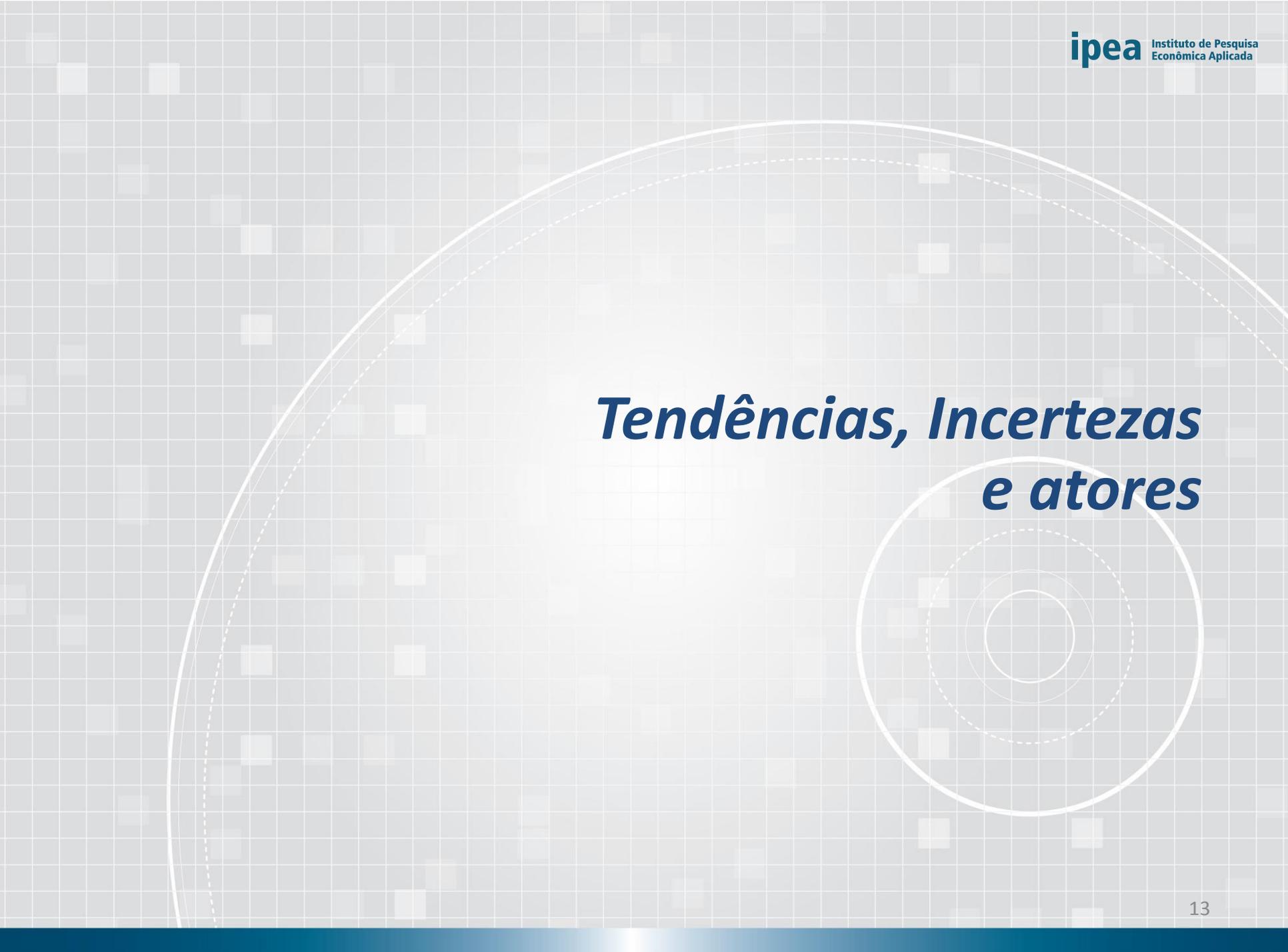
Destinatário : *MJ e MPOG*

Total de participantes por categoria

Participantes	QDT
Equipe IPEA	9
Equipe SAE/PR	3
Ministério da Justiça	44
SPI/MP	3
Especialistas externos	49
Especialistas IPEA	17
Total	117



Resultados



Tendências, Incertezas e atores

Nove Megatendências

- Manutenção do perfil demográfico brasileiro jovem, com elevada desigualdade social e fácil acesso a armas de fogo
- Crescimento da criminalidade violenta no interior do país
- Manutenção do aprimoramento das políticas públicas de segurança
- Crescimento de mercados legais e ilegais explorados por organizações criminosas e fortalecimento das facções criminosas
- Aumento da circulação de drogas ilícitas e a manutenção da política repressiva de restrição da oferta

Nove Megatendências

- Manutenção das altas taxas de vitimização
- Manutenção do endurecimento penal com aumento da população carcerária e expansão do monitoramento eletrônico
- Manutenção da ampla divulgação de ocorrências criminais, da alta sensação de insegurança e de grande repercussão na mídia de alguns crimes graves
- Aumento da privatização da segurança e maior difusão de tecnologias de segurança

Total de sementes de futuro geradas

Megatendências	Tendências	Incertezas	Total
Manutenção do perfil demográfico brasileiro jovem...	4	5	9
Crescimento da criminalidade violenta no interior do país	1	2	3
Manutenção do aprimoramento das políticas públicas de segurança	11	12	23
Crescimento de mercado legais e ilegais...	8	7	15
Aumento da circulação de drogas ilícitas...	5	5	10
Manutenção das altas taxas de vitimização	1	5	6
Manutenção do endurecimento penal...	6	7	13
Manutenção da ampla divulgação de ocorrência criminais...	7	2	9
Aumento da privatização da segurança...	3	2	5
Total	46	47	93

Oito Incertezas chave

1. Haverá um aumento do desenvolvimento social inclusivo que tenha impacto nos índices de crimes violentos?
8. Haverá maior integração operacional entre as polícias?
9. Vai melhorar a relação da polícia com a sociedade nos próximos anos?
11. Haverá um aumento significativo da efetividade da investigação criminal?

Oito Incertezas chave

20. Haverá maior integração operacional entre os entes federados no combate ao crime organizado?

27. Haverá melhoria dos resultados das políticas de reintegração social?

28. Haverá melhoria dos resultados produzidos pelas medidas socioeducativas?

33. Haverá maior capacidade de intervenção municipal na segurança pública?

Seis

Incertezas motrizes

- 32. Haverá maior expansão da presença policial (policimento ostensivo e polícia judiciária) no interior?
- 19. Haverá priorização e maior orçamento para políticas públicas de enfrentamento ao crime organizado?
- 35. Haverá fortalecimento do papel de coordenação da União na segurança pública?
- 21. Haverá um fortalecimento da cooperação internacional contra o crime organizado?
- 2. Haverá expansão de políticas para juventude focadas em grupos vulneráveis?
- 14. Haverá maior participação dos municípios na prevenção da violência?

Quatro Incertezas de ligação

29. Haverá melhoria na sensação de segurança?

7. O Brasil conseguirá consolidar ações mais efetivas no controle de suas fronteiras internacionais?

12. Haverá mais recursos para segurança pública?

13. Haverá nos próximos anos maior confiança da população na polícia?

Cinco Incertezas de resultado

- 39. Haverá redução das taxas de homicídios?
- 40. Haverá redução das taxas de roubo?
- 41. Haverá redução das taxas de ofensa sexual?
- 42. Haverá redução das taxas de agressão física/lesão corporal?
- 43. Haverá redução das taxas de furto?

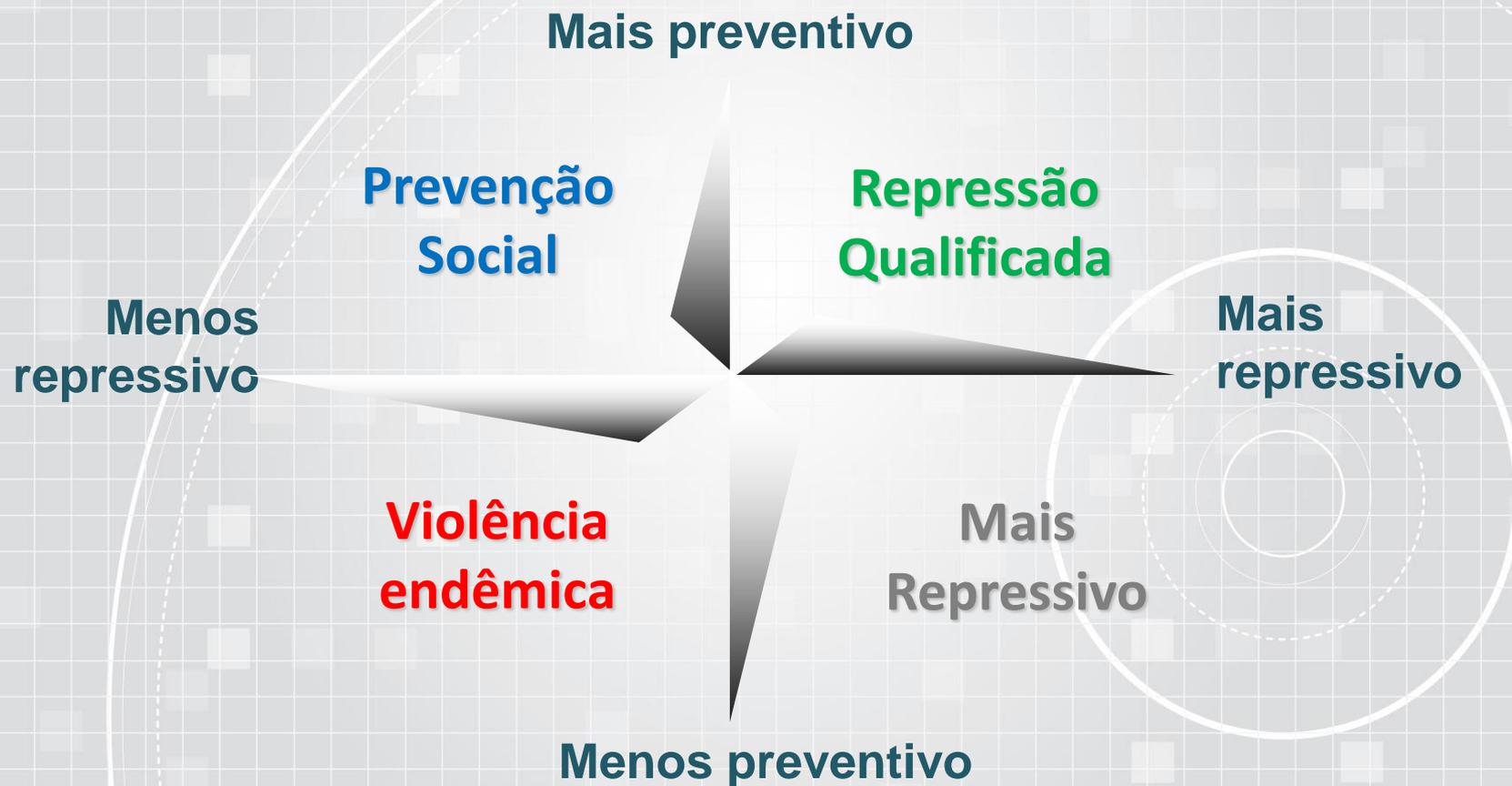
Atores

- ✓ Governadores
- ✓ Ministro da Justiça
- ✓ Presidente da República
- ✓ Secretária da Senasp
- ✓ Congressistas
- ✓ Secretário de Segurança Pública
- ✓ Outros importantes:
- ✓ Comandantes da Polícia Militar, Diretores da Polícia Civil, Prefeitos, Poder Judiciário, Ministério Público, Sociedade Civil Organização (área de segurança pública)

Filosofia dos Cenários

Cenários para Segurança Pública no Brasil em 2023

Eixos ortogonais



(Método da GBN)

Cenário fictício

Repressão qualificada

Forma do Cenário – Apresentação do Secretário Nacional de Segurança Pública em reunião com Ministro, secretários e diretores do Ministério da Justiça, em 2023

- **Filosofia** – Há uma melhoria dos resultados das políticas sociais, inclusive com as políticas de emprego e de educação tendo impacto nos índices de violência. Os municípios, com o apoio de Governos Estaduais e Federal, passaram a atuar mais fortemente na prevenção (primária, secundária e terciária) à violência, articulando-se com atores locais. Destaca-se, nesse sentido, a atuação das prefeituras com adolescentes em liberdade assistida e sancionados por alternativas penais e um retorno do trabalho das guardas municipais para a proteção dos patrimônios municipais e seus usuários. A situação policial também se altera, a integração policial é institucionalizada e a polícia se torna ativa na melhoria de suas relações com as comunidades. Além disso, há melhoria do impacto dos investimentos na investigação. Nos níveis federais, estaduais e municipais são estabelecidas câmaras técnicas para se debater iniciativas para prevenir crimes (homicídios, roubos, furtos, estupro etc.). As políticas de execução penal e de medidas socioeducativas tornaram-se mais efetivas na reintegração social de internos e presos, seja na educação ou no emprego. A combinação de repressão às grandes organizações criminosas que atuam nos estabelecimentos penais e a melhoria das políticas de reintegração social contém o crescimento dessas organizações.

Cenário fictício

Prevenção social

Forma do Cenário – Entrevista realizada por um jornalista com pesquisadora para a Revista de Segurança Pública, em 2023

- **Filosofia** – Há uma melhoria dos resultados das políticas sociais. Os municípios, com o apoio de Governos Estaduais e Federal, passaram a atuar mais fortemente na prevenção (primária, secundária e terciária) à violência, articulando-se com atores locais. Destaca-se, nesse sentido, a atuação das prefeituras com adolescentes em liberdade assistida e sancionados por alternativas penais. As políticas de execução penal e de medidas socioeducativas tornaram-se mais efetivas na reintegração social de internos e presos, seja na educação ou no emprego. Essas mudanças preventivas contribuíram para a queda da criminalidade violenta, mas, apesar de uma redução das tensões entre polícia e sociedade, a situação policial não evoluiu. As polícias continuam trabalhando pouco integradamente e há pouca melhora na efetividade da investigação criminal.

Cenário Fictício

Violência endêmica

Forma do Cenário – Justificativa de Projeto de Lei da Câmara do Deputados, em 2023

- **Filosofia** – Há um retrocesso social com a crise do fim da década de 2010. A desigualdade social, o desemprego e a evasão escolar de jovens aumentam, principalmente nas áreas urbanas mais vulneráveis. O retraimento do gasto público afeta primeiramente os investimentos no sistema de medidas socioeducativas e de execução penal e as condições de internação e prisão se deterioram. É afetada também a situação das polícias, pois se perdem os investimentos de anos anteriores no aprimoramento da investigação e, nos estados, crescem as tensões entre as polícias estaduais dadas as disputas em torno de valorização e reposição salarial. Essa crise na polícia contribui para a piora da relação entre a polícia e a sociedade. Na maioria dos municípios, o crescimento dos crimes e a restrição fiscal levam as guardas municipais retornarem ao papel de guarda patrimonial. Como resultado dessa falta de articulação entre as instituições responsáveis pela segurança pública, vive-se um estado de violência endêmica.

Cenário Fictício

Mais Repressivo

Forma do Cenário – Debate, em um programa de rádio, entre um sociólogo e um promotor de justiça, em 2023

- **Filosofia** – O Brasil faz uma opção política pela repressão como forma de enfrentamento da violência. Governos Federal, estaduais e municipais estabelecem uma integração das forças policiais, inclusive das guardas municipais, para o combate ao crime. Essa maior integração favorece o aumento das prisões em flagrante. Nesse processo, e também como forma de combater a corrupção policial, as polícias se distanciam das comunidades. Noutra ponta do sistema de justiça criminal, os sistemas de execução penal e de medidas socioeducativas estabelecem como prioridade a incapacitação dos sancionados.

Definição de Estratégias



Análise SWOT
Ministério da Justiça

Oportunidades

1. Envelhecimento da população, com a redução da proporção de homens jovens.
2. Melhorias socioeconômicas e desenvolvimento social inclusivo, com maior acesso à cidadania.
3. As crises e as demandas sociais (comoção e busca por justiça e combate a corrupção) potencializando e legitimando a intervenção federal e municipal e disponibilização de mais recursos financeiros.
4. Avanços tecnológicos contribuindo para segurança pública e proteção privada.
5. Debates e reformas na legislação penal e de execução penal e nos sistema de justiça criminal e penitenciário, visando reintegração social e aumento da aplicação de alternativas penais.

Oportunidades

6. Consenso de que a segurança pública tem duas partes: prevenção social e repressão qualificada.
7. Demanda dos governos estaduais, municipais e da sociedade em geral pela ampliação da atuação do governo federal na segurança pública.
8. Aprimoramento da gestão em segurança pública (recursos, informação) com investimento na produção de diagnósticos e indicadores para monitoramento.
9. Fortalecimento do papel da perícia criminal e da sua estrutura e gestão.
10. Cooperação entre as empresas de segurança privada e as polícias.

Ameaças

1. Desigualdade social.
2. Aumento da criminalidade, expansão do mercado de drogas ilícitas e fortalecimento das organizações criminosas, inclusive no interior.
3. Fácil acesso e descontrole sobre a circulação de armas de fogo.
4. Inexistência de acordos sobre as reformas institucionais necessárias.
5. Percepção negativa da política de segurança pública e baixa confiança na polícia.
6. Crises na segurança pública (greves, operações tartaruga, etc.) oriundas da precarização das instituições de segurança e escassez de recursos financeiros.

Ameaças

7. Poder da mídia em pautar a agenda de segurança pública.
8. Governança deficitária nas instituições de segurança pública (ausência de avaliação dos programas, descontinuidade política e financeira de programas e ações, baixa capacidade de execução dos estados e municípios, falta de comprometimento dos atores políticos das diversas esferas de governo etc.).
9. Inexistência de controle externo das polícias.
10. “Estado policial” (criminalização de jovens e pobres, falta de priorização em políticas sociais, afastamento entre sociedade e polícia, inexistência de política de reintegração social, abandono das alternativas penais, violência policial).
11. Superpopulação carcerária, perda de controle de estabelecimentos penais para organizações criminosas e inefetividade das políticas de reintegração social.

Pontos Fortes

1. Paradigma da prevenção na atuação do Ministério da Justiça, com programas e projetos.
2. Capacidade de indução na política de segurança pública, por meio de aporte técnico e política de capacitação, fortalecida por meio de transferências para Estados e Municípios (Fundo Nacional de Segurança Pública, Funpen etc.).
3. Posição privilegiada na rede institucional da segurança pública (forte relação com a Presidência da República, capacidade de padronizar registros de informação, procedimentos operacionais, proposição de agenda, proposição de mudanças legislativas e realização de parcerias).
4. Existência da Força Nacional.
5. Existência de um departamento de ensino, pesquisa e valorização profissional dentro da SENASP.

Pontos Fortes

6. Sistemas de Informação Modernos (Centros de Comando e Controle, SINESP, SINESP Cidadão, SISVANT, Sistema Eletrônico de Informação-SEI).
7. Canais de diálogo com a sociedade civil (CONASP, CNPCP).
8. Instrumentos para enfrentamento ao crime organizado (PF, PRF, ENCCLA, Plano Estratégico de Fronteiras).
9. Investimento na estruturação das perícias criminais.
10. Fomento a alternativas penais à prisão.

Pontos Fracos

1. Planejamento e gestão deficiente: insuficiência de diagnósticos e de indicadores, falta de integração de ações (políticas, programas e projetos) e unidades, processos de trabalho não padronizados, monitoramento e avaliação insuficientes.
2. Muitas atribuições que provocam perda de foco.
3. Falta de mecanismos de financiamento de médio e longo prazo para programas prioritários.
4. Ineficácia, inadequação e ineficiência dos instrumentos de parceria.
5. Não utilização plena de suas capacidades para articular e induzir políticas.

Pontos Fracos

6. Deficiência na integração com outras unidades da federação e órgãos da SP.
7. Falta de articulação com pastas da área social.
8. Comunicação interna e com a sociedade ineficaz.
9. Insuficiência de recursos humanos, de qualificação especializada e falta de gestão por competências.
10. Política insuficiente de controle de arma.
11. Incapacidade de fiscalizar o setor de segurança privada.

Objetivos Estratégicos - 12

1. Elaborar um plano nacional de segurança pública com a definição clara das atribuições da União, Estados e Municípios, fortalecendo o paradigma da prevenção à violência.
2. Elaborar um programa nacional de prevenção a homicídio, focado nos municípios com maiores taxas de criminalidade violenta, garantindo fluxo contínuo e suficiente de recursos.
3. Aprimorar a política de drogas, inclusive com ações para redução da demanda.
4. Aprimorar a comunicação com a sociedade com o objetivo de divulgar resultados, fornecer informações qualificadas acerca dos paradigmas de atuação do MJ (prevenção e repressão qualificada) e promover o diálogo e a participação da sociedade.
5. Qualificar estados e municípios para a realização de parcerias e para gestão na área de segurança pública.

Objetivos Estratégicos - 12

6. Integrar ações com outros ministérios e com outros entes federados (programas que abrangem a área social, especialmente em relação a jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica).
7. Institucionalizar fontes de financiamento mais efetivas e contínuas e aprimorar os instrumentos de repasse (Fundo a fundo, termo de compromisso...).
8. Fortalecer investimentos em inteligência e perícia, com uso de novas tecnologias, para melhorar a capacidade resolutiva.
9. Consolidar sistemas de informação, com produção e monitoramento de indicadores, como forma de balizar a elaboração de políticas, melhorar gestão, produzir diagnósticos.
10. Aperfeiçoar a prevenção, o controle e fiscalização de armas de fogo e munições.
11. Fomentar a aplicação de alternativas penais à prisão.
12. Reestruturar o sistema prisional.

Considerações Finais

“Ameaças”

1 - a urgência de se avançar na política de segurança pública, tendo em vista os riscos da situação se agravar ainda mais, seja para um estado de “violência endêmica”, seja para um Estado policial.

2 - certas tendências dificilmente poderão ser revertidas até 2023, tais como: a desigualdade social elevada, o fácil acesso a arma de fogo, o crescimento da criminalidade no interior do país, a baixa confiança na polícia, os problemas de governança na segurança pública, o alto número de mortes pela polícia, o crescimento da atuação de organizações criminosas, o envolvimento de agentes públicos com o crime organizado, o domínio de territórios por organizações criminosas, o aumento da circulação de drogas ilícitas, as altas taxas de vitimização por crimes violentos, o endurecimento penal, o aumento da população carcerária, a falta de política para os ex-apenados, o déficit de vagas no sistema prisional e alta sensação de insegurança.

“Propostas para Governança”

É preciso avançar na governança:

1) coordenar, integrar e focar melhor as medidas de prevenção e repressão

- a) caberia à União coordenar a política de segurança pública, estimulando mais a inovação e a reforma das polícias e das políticas penais, aportando mais recursos, consolidando um sistema nacional de informações
- b) Os Estados conduziram a integração das polícias. No futuro, em se desconstitucionalizando a estrutura policial, poderiam ser experimentados nos estados, que assim o desejassem, a unificação das polícias ou o ciclo completo de polícia.
- c) Os municípios assumiriam a gestão de ações locais de prevenção social à violência, a partir de um plano municipal de prevenção

2) Pactos entre órgãos dos três poderes para coordenar ações que hoje são realizadas isoladamente no sistema de justiça criminal

3) melhor estruturação dos órgãos que implementam a política de segurança pública, como a SENASP, enfrentando a *Insuficiência de recursos humanos, de qualificação especializada e falta de gestão por competências*.

4) aperfeiçoar as formas de envolvimento da sociedade na gestão da política, seja pelo fortalecimento dos Conselhos ou pela construção de um plano decenal de segurança pública com a participação da sociedade, tal como é feito na área de educação.

“Planejamento e ações estratégicas”

- ✓ Elaboração de plano nacional de segurança pública e programa de prevenção a homicídios
- ✓ Investir na redução das vulnerabilidades sociais, principalmente nas áreas mais violentas;
- ✓ Redirecionar a política de droga para a redução da demanda
- ✓ Fortalecer o controle de armas de fogo
- ✓ Fomentar a aplicação de alternativas penais e reforma do sistema penitenciário
- ✓ Melhorar o financiamento da segurança pública, que passa pela valorização dos profissionais da área, bem como garantir recursos para as ações de prevenção
- ✓ Investir na polícia investigativa, na perícia e na inteligência policial

“Desejo”

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para a construção de política pública de segurança, democrática, garantista e efetiva, sem a qual continuaremos com altas taxas de criminalidade violenta e uma baixa sensação de segurança.

Também esperamos que, dado as contribuições dessa metodologia e dos resultados alcançados, estudos de futuro semelhantes a este, inclusive para outros temas ligados às políticas públicas sejam realizados.

Isso porque, apesar de os cenários não serem um fim em si mesmo, essas iniciativas contribuiriam com a criação no País e no Estado Brasileiro de uma cultura de planejamento de longo prazo e consolidariam a importância desses estudos de futuro como instrumento de gestão, que apoiam tanto o processo decisório quanto o planejamento, contribuindo assim para a construção do futuro o desejado.

Obrigado!

helder.ferreira@ipea.gov.br
elaine.marcial@ipea.gov.br

Anexo 1 – Tendências e Incertezas

Manutenção do perfil demográfico brasileiro jovem, com elevada desigualdade social e fácil acesso a armas de fogo.

Tendências

Manutenção da alta proporção de jovens na população brasileira.

Desigualdade social continuará elevada.

Manutenção de um fácil acesso à arma de fogo.

Pressão pela flexibilização do Estatuto do Desarmamento.

Incertezas

Incerteza-chave (IC)- Haverá um aumento do desenvolvimento social inclusivo que tenha impacto nos índices de crimes violentos?

Incerteza motriz (IM)- Haverá expansão de políticas para juventude focadas em grupos vulneráveis?

Fora do Cenário (FC) - Haverá uma expansão da repressão ao porte ilegal e tráfico de armas?

FC - Haverá expansão da política de controle de arma de fogo?

FC - Haverá maior flexibilização do Estatuto do Desarmamento?

Crescimento da criminalidade violenta no interior do país.

Tendência

Crescimento da criminalidade violenta no interior do país.

Incertezas

IM - Haverá expansão da presença policial (policciamento ostensivo e polícia judiciária) no interior?

FC - A interiorização do crime entrará na agenda da Segurança Pública?

Manutenção do aprimoramento das políticas públicas de segurança.

Tendências

- Consolidação do policiamento comunitário como modelo a ser implantado.
- Integração das políticas de segurança pública com outras áreas de políticas públicas e outras instituições.
- Manutenção do aprimoramento das políticas de segurança pública.
- Manutenção na baixa confiança nas polícias estaduais.
- Manutenção de problemas de governança na segurança pública.
- Manutenção de alto número de mortes pela polícia.
- Aumento das investigações policiais e produção de provas contra o crime organizado.
- Manutenção da melhoria da investigação policial.
- Manutenção da melhoria da qualificação policial.
- Consolidação da integração operacional como modelo a ser implantado.
- Manutenção do debate sobre reforma constitucional (artigo 144).

Manutenção do aprimoramento das políticas públicas de segurança.

Incertezas

IC - Haverá uma maior integração operacional entre as polícias?

IC - Vai melhorar a relação da polícia com a sociedade nos próximos anos?

IC - Haverá um aumento significativo da efetividade da investigação criminal?

IM - Haverá uma maior participação dos municípios na prevenção da violência?

IM - Haverá o fortalecimento do papel de coordenação da União?

Incerteza de Ligação (IL) - Haverá nos próximos anos maior confiança da população na polícia?

IL - Haverá mais recursos para segurança pública?

IL - O Brasil conseguirá consolidar ações mais efetivas no controle de suas fronteiras internacionais?

FC - Haverá maior participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas de segurança pública (Governança democrática)?

FC - Projetos de ocupação de territórios e ações sociais vão se expandir pelo país?

FC - O crescimento de experiências de mediação terá impacto nas taxas de violência?

FC - Haverá uma melhor estruturação dos órgãos policiais estaduais para investigação e produção de provas técnicas?

Crescimento de mercados legais e ilegais explorados por organizações criminosas e fortalecimento das facções criminosas no Brasil.

Tendências

Crescimento de mercados legais e ilegais explorados pelas organizações criminosas.

Crescimento da atuação de organizações criminosas.

Ampliação dos ramos de atividades exploradas por organizações criminosas.

Manutenção de domínio de territórios por organizações criminosas.

Manutenção da expansão da atuação das facções nos estabelecimentos penais.

Interiorização das facções criminosas.

Manutenção dos índices de crimes transnacionais.

Manutenção do envolvimento de agentes públicos com o crime organizado.

Incertezas

IC - Haverá maior integração operacional entre os entes federados no combate ao crime organizado?

IM - Haverá um fortalecimento da cooperação internacional contra o crime organizado?

IM - Haverá priorização e maior orçamento para políticas públicas de enfrentamento ao crime organizado?

IR - Haverá maior fortalecimento das facções criminosas?

FC - Haverá nos próximos anos uma maior concentração das grandes organizações criminosas?

FC - O Estado será capaz de reduzir a influência dessas facções criminosas nos estabelecimentos penais?

FC - Haverá maior fiscalização e controle sobre os agentes públicos envolvidos no enfrentamento ao crime organizado?

Aumento da circulação de drogas ilícitas com a manutenção da política repressiva de restrição da oferta.

Tendências

Aumento da circulação de drogas ilícitas, em particular o crack.

Crescimento dos tipos de drogas ilícitas em circulação.

Permanência do Brasil como rota do tráfico internacional de drogas.

Não descriminalização das drogas.

Manutenção da política de repressão às drogas ilícitas.

Incertezas

FC - Haverá nos próximos anos maior integração e fortalecimento das políticas públicas de atenção e tratamento aos usuários de drogas?

FC - Haverá um trabalho mais cooperativo entre operadores de segurança pública, educadores e agentes de saúde?

FC - Haverá maior investimento na repressão ao tráfico internacional de drogas?

FC - Haverá um fortalecimento de políticas de prevenção e cuidado ao uso de drogas?

FC - O Brasil realizará maior cooperação internacional em ações de combate ao tráfico internacional de drogas, inclusive com apoio à erradicação de plantações que são matéria-prima para a preparação de drogas ilícitas nos países da América do Sul?

Manutenção das altas taxas de vitimização.

Tendências

Manutenção das altas taxas de vitimização (roubos, homicídios, estupro).

Incerteza

IR - Haverá uma redução das taxas de homicídio?

IR - Haverá uma redução das taxas de roubo?

IR - Haverá uma redução das taxas de agressão sexual e estupro?

IR - Haverá uma redução das taxas de agressão física e lesão corporal?

IR - Haverá uma redução das taxas de furto?

Manutenção do endurecimento penal com aumento da população carcerária e expansão do monitoramento eletrônico.

Tendência

Manutenção do endurecimento penal.

Manutenção do paradigma de políticas públicas de segurança que aumentam o encarceramento.

Aumento da população carcerária.

Crescimento do déficit de vagas no sistema prisional.

Manutenção de quase completa ausência de política para ex-apenados.

Expansão da utilização do monitoramento eletrônico.

Incerteza

IC - Haverá melhoria dos resultados das políticas de reintegração social?

IC - Haverá melhoria dos resultados produzidos pelas medidas socioeducativas?

FC - O monitoramento eletrônico contribuirá para reduzir o número de presos provisórios?

FC - O monitoramento eletrônico estimulará a aplicação de alternativas penais?

FC - O monitoramento eletrônico contribuirá para a não aplicação de outras medidas cautelares?

FC - Haverá crescimento da aplicação de penas e medidas alternativas?

FC - Haverá fortalecimento das defensorias públicas que seja capaz de melhorar a garantia dos direitos dos presos?

Manutenção da ampla divulgação de ocorrências criminais, da alta sensação de insegurança e da grande repercussão na mídia de alguns crimes graves.

Tendências

Manutenção de ampla divulgação de ocorrências criminais.

Manutenção de ampla audiência de programas que noticiam casos de violência.

Manutenção de forte repercussão de dados sobre a violência.

Manutenção da associação de bairros pobres e favelas à criminalidade.

Manutenção de alta sensação de insegurança.

Manutenção da alta proporção de pessoas que deixa de circular nas ruas por medo da violência.

Ocorrência de novas comoções públicas relativas à violência.

Incertezas

IL - Haverá melhoria na sensação de segurança?

FC - Haverá aumento do período máximo de internação de adolescentes submetidos à medida privativa de liberdade?

Aumento da privatização da segurança e maior difusão de tecnologias.

Tendências

Crescimento da segurança privada.

Crescimento da difusão de inovações tecnológicas nas áreas de segurança pública e privada.

Manutenção do conflito de interesses na atuação de profissionais da segurança pública na segurança privada.

Incertezas

FC - Haverá melhora nas condições para a fiscalização da segurança privada?

FC - Haverá um aumento das empresas de segurança clandestinas?